



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**  
**Conselho de Recursos Tributário**

**RESOLUÇÃO Nº 054/2022**

**10ª SESSÃO: 29/03/2022**

**3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS  
TRIBUTÁRIOS**

**RECORRENTE:** PENA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – 06.028046-8.

**RECORRIDO:** CÉLULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

**PROCESSO Nº:** 1/0088/2019

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº:** 1/2018.14294-7

**CONSELHEIRA RELATORA:** LUCIA DE FÁTIMA DANTAS MUNIZ

**EMENTA: ICMS. Crédito Indevido. Operações de  
Aquisição Energia Elétrica CFOP 1252.**

Infração ao Art. 57 e 65 do Decreto nº 24.569/97.  
Penalidade prevista no Art. 123, II, a da Lei nº 12.670/96,  
alterado pela Lei nº 13.418/03.

Auto de Infração julgado NULO. Decisão por  
unanimidade de votos conforme voto da Relatora e em  
consonância com o entendimento proferido em sessão  
pelo representante da Douta Procuradoria Geral do Estado.

Palavra Chave: ICMS. Crédito Indevido. Energia Elétrica.

**RELATO:**

O presente processo tem como objeto a acusação de crédito indevido na conta gráfica, do ICMS incidente sobre a compra de energia elétrica, CFOP 1252, nos exercícios de 2014 e 2015, conforme relato do Auto de Infração abaixo transcrito:

**CREDITO INDEVIDO, ASSIM CONSIDERADO TODO AQUELE ESCRITURADO NA CONTA GRAFICA DO ICMS EM DESACORDO COM A LEGISLACAO OU DECORRENTE DA NAO-REALIZACAO DE ESTORNO, NOS CASOS EXIGIDOS PELA LEGISLACAO.**

**APOS ANALISE DA DOCUMENTACAO FISCAL E ARQUIVOS ELETRONICOS CONSTATAMOS QUE O CONTRIBUINTE SE CREDITOU INDEVIDAMENTE DO ICMS INCIDENTE SOBRE A COMPRA DE ENERGIA ELETRICA CFOP 1252.**

Na Informação Complementar ao auto de infração (fls.03/08), o agente do fisco esclarece que:

1. Que os dados analisados foram importados das informações dos cruzamentos dos registros fiscais, EFDs mensais, que permitem auditar com precisão e



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**  
**Conselho de Recursos Tributário**

minúcia as operações do contribuinte, tais quais: clientes, fornecedores, preços e itens comercializados, etc.

2. Que ao verificar os documentos fiscais da empresa e os registros efetuados no SPED pelo contribuinte, constatou que o contribuinte se creditou do ICMS incidente sobre a compra de energia elétrica no CFOP 1252 – compra de energia elétrica por estabelecimento industrial, no montante de R\$ 387.632,66.
3. Observou também ao analisar a apuração mensal do contribuinte, que o autuado não se debita em suas operações de saída decorrentes do processo industrial, pois pertence ao segmento indústria, CNAE 1412602 - confecção, sob medida, de roupas do vestuário, exceto roupas íntimas, dessa forma, como as operações de saída não são tributadas, sem débito de ICMS, o contribuinte não deve se creditar nas entradas ou realizar o estorno subsequente dos créditos aproveitados indevidamente.
4. Crédito tributário apurado:

Base de cálculo:	R\$	0,00
Principal:	R\$	97.324,79
Multa:	R\$	97.324,79

Constam nos autos Mandado de Ação Fiscal nº 2018.00891, Termo de Início de Fiscalização nº 2018.02982, Termo de Intimação nº 2018.10802, Termo de Conclusão de Fiscalização nº 2018.11668, CD contendo Relatório EFD analítico, EDF entrada, cálculo do crédito indevido, EFD entradas todas.

Contribuinte vem aos autos e apresenta defesa tempestiva (fls. 20/37), sob os seguintes fundamentos:

1. que constata-se uma contradição, pois o fiscal entende que a operação da impugnante é não tributada e no entanto, ao glosar o crédito, exige ICMS supostamente amortizado pelo creditamento apontado como indevido;
2. que o contribuinte está incluso na sistemática de tributação regida pelo Decreto 28.443/2006, indústria de confecções, Art. 1º, § 2º, I,II,III do citado Decreto; fica evidente que a hipótese de incidência do ICMS devido em operação própria pela indústria de confecções permanece íntegra, sendo alterado apenas o momento do recolhimento, afastando a conclusão do agente que a operação da empresa é não tributada;
3. que conforme o Art, 21, II da LC 87/96 a vedação ao crédito se evidencia apenas nas operações contempladas com isenção ou não-incidência;



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**  
**Conselho de Recursos Tributário**

4. que por força do Art. 155, § 2º, II, B, c/c Art.155,§2º, XII, C da CF/88 somente a isenção ou não tributação terão o condão de anular o crédito decorrente da aquisição de energia elétrica para aplicação no processo industrial.
5. por fim, requer a improcedência da autuação fiscal, caso o entendimento seja pela procedência requer a desoneração do ICMS exigido, em virtude de inexistir imposto a recolher.

O julgador monocrático decide pela Procedência do feito fiscal (fls.39/44), com os seguintes fundamentos, conforme Ementa:

**EMENTA: CREDITAMENTO INDEVIDO**

**Acusação fiscal que versa sobre o aproveitamento indevido de créditos lançados na conta gráfica do ICMS, relativo a aquisição de energia elétrica na confecção de produtos, cujas vendas ocorrem sem débito do imposto. Infringência aos artigos 57, 65, inciso V, 66, inciso II, do Decreto 24.569/97, com penalidade prevista no artigo 123, inciso II, alínea "a", da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03. Autuação **PROCEDENTE**. Defesa tempestiva.**

1. que as razões apresentadas na defesa não podem prevalecer, pois autuada não trouxe as provas necessárias para desconstituir o lançamento do crédito tributário;
2. que apesar de a defendente apresentar documentos de aquisições e de saídas nos quais se verifica o destaque do ICMS, ressalte-se que as operações de vendas não foram lançadas a débito na escrita fiscal, contando o destaque do imposto nas notas fiscais de saídas apenas para efeito de crédito do adquirente;
3. que para ter direito ao crédito de ICMS é necessário contribuinte adquirir mercadorias que sejam destinadas a comercialização ou industrialização, cujas operações subsequentes sejam devidamente tributadas;
4. que o direito ao crédito é da própria essência da princípio constitucional da não cumulatividade, conforme Arts.123 e 19 da LC 87/96;
5. que o legislador elencou as situações em que o crédito pode ser aproveitado, conforme Art. 60,§ 11, II, o crédito da energia elétrica só pode ser aproveitado a partir de 01/01/2020.

Inconformado com a decisão monocrática, o autuado interpõe Recurso Ordinário (fls. 49/52), reiterando os argumentos apresentados na defesa em que requer:

1. a improcedência da autuação fiscal, tendo em vista a operação da recorrente não ser enquadrada como isenção ou não tributação (não incidência) o que permite a manutenção dos créditos relacionados à aquisição de energia elétrica utilizada no processo industrial; caso o entendimento seja pela procedência requer a desoneração do ICMS exigido, em virtude de inexistir imposto a recolher.





**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**  
**Conselho de Recursos Tributário**

**Voto da Relatora:**

Trata a acusação de crédito indevido de ICMS no exercício de 2014 e 2015, decorrente da aquisição de energia elétrica no CFOP 1252.

Demonstrativo do Crédito Tributário:

Base de cálculo:	R\$	0,00
Principal:	R\$	97.324,79
Multa:	R\$	97.324,79

Eis os dispositivos infringidos e a penalidade, capitulados no Auto de Infração:

Decreto 24.569/97

Art. 57. O imposto é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadoria ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores por este ou por outro Estado.

Art. 65. Fica vedado o creditamento do ICMS nas seguintes hipóteses:

I - operação ou prestação beneficiadas com isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação;

II - entrada de bem destinado ao uso ou consumo do estabelecimento, bem como os respectivos serviços de transporte, até a data prevista em Lei Complementar.

III - entrada de bem ou mercadoria para ativo permanente ou consumo usado exclusivamente na área administrativa e que não seja necessário nem usual ou normal ao processo industrial, comercial, agropecuário ou na prestação de serviços;

IV - entrada de mercadoria ou a contratação de serviços acobertados com documento fiscal em que seja indicado estabelecimento destinatário diferente do receptor da mercadoria ou do usuário do serviço;

V - entrada de mercadoria e respectivo serviço, quando for o caso, recebida para integrar o processo de industrialização ou de produção rural ou neles ser consumida e cuja ulterior saída do produto dela resultante ocorra sem débito do imposto, sendo esta circunstância conhecida na data da entrada;

VI - entrada de mercadoria e respectivo serviço, quando for o caso, recebida para comercialização, quando sua posterior saída ocorra sem débito do imposto, sendo esta circunstância conhecida na data da entrada;

VII - entrada de mercadoria ou aquisição de serviço cujo imposto destacado no documento fiscal de origem tiver sido devolvido, no todo ou em parte, pela entidade tributante sob a forma de prêmio ou estímulo, salvo se esse benefício tiver sido





**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**  
**Conselho de Recursos Tributário**

VI - botão de pressão;

VII - Etiqueta tecida;

VIII - elástico;

X – colarinho;

XI - cós;

XII – velcro;

XIII – fio de algodão para confecção de redes e panos de rede;

§ 2º O presente regime de substituição tributária aplica-se também:

I - aos estabelecimentos que adquirirem os produtos relacionados nos incisos do caput deste artigo em operações interestaduais e de importação;

Art. 8º A indústria de confecção escriturará os documentos fiscais das entradas dos produtos de que trata o art. 1º, tributados na forma deste Decreto, no livro Registro de Entradas, na coluna "Outras", de "Operações sem Crédito do Imposto".

§ 1º Nas saídas subsequentes dos produtos resultantes da industrialização dos produtos de que trata o art.1º, tributados na forma deste Decreto, os documentos fiscais deverão ser emitidos com destaque do imposto, exclusivamente para fins de crédito e controle do destinatário, restabelecendo-se a cadeia normal de tributação.

§ 2º Os documentos fiscais referidos no § 1º serão escriturados pelo emitente no livro Registro de Saídas de Mercadorias, na coluna "Outras" de "operações sem débito do imposto".

Diante do diploma legal acima subscrito, que rege as operações da autuada, entendemos que a metodologia utilizada pela fiscalização não identifica de forma clara e precisa o montante do ICMS devido em decorrência da conduta infracional, pois o agente autuante não registrou que a empresa apresentou saldo credor todo o exercício de 2014 e 2015, conforme consulta EFD, além do que, não é possível com base nos documentos acostados os autos, identificar quais os valores dos créditos lançados e indevidamente aproveitados ou lançados e não aproveitados, o que só seria possível através da recomposição da conta gráfica.

Portanto, no presente caso, nos acostamos ao Parecer da Assessoria Processual Tributária, pois conforme demonstra a consulta da conta corrente da empresa autuada, é imprescindível a recomposição da conta gráfica para apurar o valor efetivamente aproveitado, aplicando a devida penalidade, já que nos casos em que não houver o aproveitamento dos créditos, a empresa estaria sujeita a uma outra penalidade mais branda, sem prejuízo da realização de estorno.

Isto posto, somos pelo conhecimento do recurso ordinário, dando-lhe provimento, a fim de reformar a decisão condenatória de primeira instância, decidindo-se pela NULIDADE do auto de infração, nos termos do art. 83 da Lei nº 15.614/14.

É o voto.

